

DESDOBRAMENTOS DA ALIENAÇÃO NA EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA CENTRALIDADE DO TRABALHO

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas.

Débora Accioly Dionisio
Ellen Cristine dos Santos Ribeiro
Karine Martins Sobral

Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO)
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO

Este artigo assumiu como objetivo central compreender, a partir da lógica elaborada por Marx, a trajetória da alienação do trabalho como um fenômeno histórico-cultural e sua determinância sobre os demais complexos sociais e sobre o processo de desumanização do homem, tratando-se mesmo de um ensaio de apropriação sobre a temática abordada. No intuito de contemplar uma reflexão sobre o papel da educação nesse labiríntico processo de alienação, intentamos compreender suas bases a partir das raízes na lógica capitalista. Procuramos, por meio da pesquisa teórico-bibliográfica, e sob o prisma da crítica marxista, reafirmar o trabalho como complexo fundante da sociabilidade humana, interessando-nos por explorar mais a fundo os desdobramentos dessas discussões para a prática educativa e para a construção de uma base pedagógica teórica que se coloque a serviço da transformação efetiva da sociedade.

Palavras-Chave: Trabalho Alienado. Precarização do Trabalho. Educação.

ABSTRACT

This paper took as its central objective to understand, based on the logic developed by Marx, the trajectory of the alienation of labor as a cultural-historical phenomenon and its importance over other social complex and the process of dehumanization of man, even if it is an essay of appropriation on the subject discussed. In order to accommodate a reflection on the role of education in this labyrinthic process of alienation, we intent to understand their bases from the roots in capitalist logic. We sought, over the theoretical and bibliographical research, and from the perspective of marxist criticism, reaffirm work as a founding complex of human sociability, interesting for us to further explore the ramifications of these discussions for educational practice and the construction of a theoretical pedagogical basis in service of the effective transformation of society.

Keywords: Alienated Labor. Precarious Work. Education.

A RELAÇÃO ONTOLÓGICA ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

O que caracteriza a economia política burguesa é que ela vê na ordem capitalista não uma fase transitória do progresso histórico, mas a forma absoluta e definitiva da produção social (Karl Marx).

A partir de Lukács (1981), compreendemos que o legado deixado por Marx condensa uma ontologia do ser social, ou seja, que o filósofo alemão teria delineado no conjunto de sua obra os princípios gerais, onto-históricos, para compreensão do mundo dos homens e, decorrentemente, de seu devir. Fundamentado nas premissas marxianas, o autor húngaro busca explicitar como é que se dá a passagem de um ser meramente biológico a outro tipo de ser (o homem) que deixa de ter sua vida determinada pela natureza, podendo, então, agir sobre ela, transformando-a e, também, construindo-se como partícipe do gênero humano nesse processo denominado trabalho.

Para compreendermos como se constituiu o ser social (o homem), é necessário entendermos os três graus de ser existentes na natureza, de acordo com as esferas a que pertencem. Na esfera inorgânica, não há vida. Constitui-se de minerais, elementos químicos da natureza que se unem tornando-se outro componente. Como exemplo, podemos citar a junção do hidrogênio e do oxigênio, que dão origem à água. Já a esfera orgânica, é composta pelos seres vivos “[...] cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida [...]” (LESSA, 1997, p. 16). E, finalmente, o ser social (o homem) “[...] que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca, de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta” (LESSA, 1997, p. 16).

Entendidas as três esferas separadamente, precisamos compreender as relações existentes entre elas. Na transposição de uma esfera para outra, constitui-se um processo de ruptura e continuidade, ou seja, para se evoluir de uma esfera a outra, é necessário que elementos da primeira esfera se desenvolvam gradativamente até romper com essa esfera e se tornar outro grau de ser. A essa ruptura dá-se o nome de salto ontológico.

Nas palavras de Lukács todo salto implica numa mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade normal do desenvolvimento do ser. **Em outras palavras, o salto corresponde ao momento negativo de ruptura, negação da esfera ontológica anterior; é este momento negativo que compõe a essência do salto** (LESSA, 1997, p. 20, grifos nossos).

Contudo, mesmo quando ocorre o salto de uma esfera à outra, o novo ser resguarda em si os elementos da esfera anterior, quer dizer, a esfera biológica guarda em si elementos da

esfera inorgânica. O ser social, por sua vez, resguarda em si os elementos da esfera inorgânica (sais e minerais) e da esfera biológica (o corpo humano), tendo, ao mesmo tempo, saltado para um novo grau de ser – o ser social, o qual tem na produção da sua vida, através do trabalho, mediado pelas relações sociais estabelecidas com seus pares decorrentes do modo de produção, o seu momento predominante.

Esse é o processo de continuidade entre os diferentes graus de ser. Segundo Lessa (1997, p. 17), apoiando-se em Lukács, apesar de distintas, as três esferas – a inorgânica, a orgânica e a do ser social, estão indissolivelmente articuladas:

[...] sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social. Essa processualidade evolutiva é responsável pelos traços de continuidade que articulam as três esferas entre si.

Lukács (1981, p. 01), ao distinguir os diferentes níveis e graus do ser, alerta para o fato de que não devemos

[...] esquecer que qualquer grau de ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem um caráter de **complexo**, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição complexa no nível de ser de que se trata.

O autor (1981) ressalta, portanto, que “qualquer grau de ser” precisa ser compreendido “no interior” das relações dos elementos determinantes que o constituem. Logo, no grau de ser estudado por nós – o ser social torna-se necessário compreendê-lo a partir do modo de (re) produção da vida e das relações sociais que dele se desdobram.

Engels, em seu texto *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (2004), afirma o papel determinante que cumpre o trabalho, nesse processo que, mais tarde, Lukács intitularia de salto ontológico. Conforme afirma Engels (2004, p. 02), “[...] É grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropóides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos”.

Essas transformações levam milhões de anos e o germe do novo é sempre gerado no velho – essa é uma lei geral na realidade das transformações sociais, conforme nos afirma Engels (2004, P. 01): “Mesmo entre os macacos existe já certa divisão de funções entre os pés e as mãos”. Essas transformações surgem advindas da **necessidade** de garantir a sua sobrevivência, através da transformação da natureza. A evolução da espécie *homo sapiens sapiens* demandou um longo período de transição, assim como ressalta o autor (2004, p. 02):

Antes da primeira lasca de sílex ter sido transformada em machado pela mão do homem, deve ter sido transcorrido um período de tempo tão longo que, em comparação com ele, o período histórico por nós conhecido torna-se insignificante.

Engels (2004, p. 03), ao afirmar que “[...] a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele [...]”, deixa claro que no processo de trabalho o homem se transforma e

é transformado por ele. Ao mesmo tempo em que a mão transforma a natureza em objetos, vai adquirindo novas funções “[...] pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento assim adquirido pelos músculos e ligamentos [...]” (ENGELS, 2004, p. 03). Essas transformações vão sendo repassadas de pai para filho, até que são generalizadas numa dada comunidade e, por isso, percebidas.

Sobre o desenvolvimento do homem, após o salto ontológico – nas palavras de Lukács (1981), ou sua separação definitiva do macaco – na definição de Engels (2004), é preciso observar que:

Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, **orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade** (ENGELS, 2004, p.0 5).

Portanto, é o trabalho, mediação do homem com a natureza, que possibilita que o homem se torne homem, é, portanto, a protoforma (a forma originária) da atividade humana, quer dizer, é o trabalho a primeira forma de atividade humana, que garantindo-lhes a existência e possibilitando o desenvolvimento das forças produtivas, origina todos os outros complexos: educação, direito, ideologia etc.

E por que é o trabalho o complexo fundante e não a educação? Porque a educação surge como necessidade advinda do trabalho. Se o homem, assim como ocorre na esfera biológica, não precisasse transformar a natureza para garantir sua existência, não existiria a necessidade de generalizar o conhecimento adquirido nesse processo de trabalho para que a humanidade chegasse cada vez mais a estágios superiores de desenvolvimento. Essa generalização do conhecimento ocorre através das diversas formas de educação – sejam formais ou informais.

O trabalho se constitui, então, a cada momento da história, o complexo determinante de cada forma de sociabilidade. Basta lembrarmos que o que define o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo é a forma como os homens se relacionam entre si nesse processo de transformar a natureza para satisfação de suas necessidades, ou seja, o trabalho. Dessa forma, o trabalho é ineliminável em qualquer forma de sociabilidade, por mais desenvolvida e por menos tempo que se exija para a realização dessa tarefa, ou seja, não existe sociedade que não precise extrair da natureza seus meios de sobrevivência. Conforme nos ensinaram Marx e Engels (1996, p. 50), ao afirmarem que:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, é **necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio**

material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (grifos nossos).

É pelo trabalho que o ser social distingue-se, em última instância, da esfera biológica, dos outros animais. O ser humano é o único ser existente na natureza que tem a capacidade de projetar na mente aquilo que irá produzir (teleologia), a partir das condições existentes também na natureza (causalidade).

A causalidade são as condições objetivas que os homens encontram no mundo, sem a intervenção humana, ou seja, a natureza (causalidade dada) com todos os seus nexos causais que possibilitam a construção de objetos que só são possíveis a partir da intervenção humana (causalidade posta). Por exemplo, o machado é uma objetivação da teleologia (projeção na mente) em causalidade posta (natureza transformada).

A teleologia é, assim, uma força (potência) de transformação material capaz de transformar a causalidade. Ao processo de transmutação da prévia ideação em causalidade posta, Lukács (1981) intitula de objetivação. Para que a teleologia se transforme em causalidade posta, é necessário que o homem tenha um conhecimento das características e das propriedades dos recursos da natureza, ou seja, é imprescindível que a consciência apreenda o real, ainda que de forma aproximada, uma vez que, segundo Lukács (1981), a realidade não se confunde com o reflexo da mesma.

Dessa forma, de posse desse conhecimento, é possível que o sujeito descubra que, para a feitura de um tijolo, por exemplo, seria necessária determinada matéria prima com características mais apropriadas, como, barro e água, além disso, qual a forma de misturar esses dois componentes existentes na natureza a fim de produzir o tijolo. Aqui se estabelece uma intrínseca relação entre a teleologia, a causalidade e o reflexo do real, pois para que uma teleologia se transmute em causalidade posta, é imprescindível a apropriação da realidade. No entender de Lessa (1997, p. 36),

[...] a busca e a seleção dos meios impulsionam a consciência para o conhecimento do mundo exterior a ela. [...] E esse conhecimento, a fim de cumprir sua função social, necessariamente deve produzir na consciência, em alguma medida, a realidade exterior; deve refletir as determinações do ser-precisamente-assim existente – não importa agora, para o nosso raciocínio, se com maior ou menor fidelidade.

Finalizamos este ponto, apontando para a reflexão que desenvolveremos ao longo deste estudo: a relação entre teleologia, causalidade e reflexo do real, isto é, na apropriação do conhecimento necessário à objetivação da teleologia – transmutação da prévia ideação em causalidade posta, está a chave para a compreensão da relação ontológica entre trabalho e educação.

ALIENAÇÃO DO SER DO HOMEM: A ATIVIDADE VITAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Em meio ao processo de decomposição da escola hegeliana, a publicação¹ de *A Essência do Cristianismo*, escrita por Feuerbach, restaura o materialismo ao seu lugar de relevância. Segundo Engels (2005), essa obra pulverizou a contradição erguida pelo materialismo, cuja premissa fundamental reside no fato de a natureza existir independentemente de toda filosofia, sendo a base ineliminável sobre a qual os homens cresceram e se desenvolveram, como produtos do meio que são. Assim, nada existe fora dela e da humanidade, e os entes criados por nossa imaginação religiosa, ditos superiores, não passam de outros tantos reflexos fantásticos da própria essência humana.

A categoria de análise intitulada alienação apresenta-se como fundamental na teoria marxiana. Buscamos resgatar a noção de trabalho alienado admitindo seu valor como ideia diretriz no pensamento marxiano na composição de uma perspectiva teórica capaz de incorporar à existência humana tanto os limites da natureza quanto os limites sociais como substrato da realidade e, em particular, do mundo do trabalho.

Partindo da alienação religiosa, ela perpassa por várias esferas até alcançar o fator de auto-alienação do homem, o trabalho alienado – resultado direto da alienação econômica. Para apreender tal categoria, torna-se imprescindível aprofundar leituras imanentes em torno dos Manuscritos Econômico-Filosóficos (escritos no período de abril a agosto de 1844), a fim de tentar estabelecer os elementos que compõem o processo de alienação do trabalho. Na referida obra, Marx nos esclarece sobre o fenômeno da objetivação do trabalho, já que, segundo suas considerações, a Economia Política permanece ocultando a alienação do trabalho que, por sua vez, produz coisas maravilhosas para os ricos, enquanto que, para os trabalhadores, só há estupidez e a mais profunda escassez.

Marx quer provar que a Economia Política não consegue compreender as interconexões deste movimento, ou seja, ela se limita a compreender o desenvolvimento da concorrência, da liberdade de profissões e da divisão da propriedade fundiária como consequências acidentais, voluntárias e violentas, quando, na verdade, são consequências necessárias, inevitáveis, naturais do monopólio[...] (OLIVEIRA, 2007, p.128).

A alienação é circunscrita por Marx (2010) como o momento em que os homens tornam-se passivos diante das determinâncias da relação entre capital e trabalho. A rigidez imposta pelo sistema fabril imprimiu escárnios, vilipêndios, ritmos e intensidades em nada compatíveis com os limites humanos. O capital passou a comandar um novo tempo social, preenchido não apenas com uma jornada de trabalho massacrante, mas também com inúmeros

¹ Publicado em 1841.

acidentes, mutilações e doenças relacionadas à nova configuração do trabalho desde a Revolução Industrial².

Fundamentalmente, dois aspectos do ato de alienação da atividade prática humana são pontuados por Marx (2010). Primeiro, trata da relação do trabalhador quando o produto do trabalho torna-se um objeto estranho que o domina, ocorrendo a perda do objeto e do produto; segundo, da relação do trabalho com o ato da produção dentro do trabalho, onde a própria atividade é estranha ao trabalhador, deixa de lhe pertencer. Configura uma auto-alienação, assim como seu sofrimento, passividade e impotência diante de tal sistema de opressão.

Entre os trabalhadores e suas criações se instala uma relação de exterioridade. Em suas representações e em suas *Weltanschauungen* (“visões de mundo”) eles não são os sujeitos-criadores das coisas. São, ao contrário, as coisas que são mestres do seu destino. Vivem em uma opacidade densa, no constrangimento e, muitas vezes, na angústia (SPURCK, 2005, p. 199).

Na mesma esteira, Oliveira (2007) advoga, pautado em Marx, que o trabalho enquanto vinculado à sua matéria deixa de ser considerado na sua universalidade e na sua forma abstrata, já que só possui uma existência própria a partir da determinação da natureza. Isto posto, podemos deduzir que o trabalho como atividade alienada do homem transmuta-se apenas a um mero processo de acumulação da riqueza.

A ideologia dominante não tem medido esforços para manter os processos de revitalização do capital, afastando todo princípio de confronto capaz de perturbar a ordem capitalista. Nessa bolha ideológica, os complexos sociais como saúde e educação, por exemplo, deixam de existir como direito e passam a ser serviços disputados no mercado, voltados às demandas comerciais de competição e adequação a este sistema.

A divisão do trabalho implicou não apenas no surgimento das classes sociais, mas na separação dos indivíduos em: (1) aqueles que podem desfrutar da riqueza material e espiritual e (2) aqueles que produzem esta riqueza, mas são expropriados dela e da cultura intelectual. Neste sentido, é impossível compreender a educação sem buscar suas raízes na lógica capitalista, a fim de promover o debate sobre a função da educação em meio a este processo de individualização do homem.

Diante dessa realidade posta, duas possibilidades claras podem ser consideradas em relação aos rumos da educação: reproduzir a lógica de opressão do capital ou contribuir para a construção de uma nova forma de sociabilidade.

Marx e Engels nos deram a base teórica e filosófica sobre o desenvolvimento pleno das capacidades humanas por meio da educação. Posteriormente, Gramsci sistematizou esses

pressupostos marxianos, tratando da escola unitária, que reunia os aspectos políticos e educacionais para na formação verdadeiramente completa do sujeito, visto a necessidade de uma proposta educativa que articulasse teoria e prática, na construção de uma nova forma de sociabilidade, baseada no trabalho livremente associado.

Ao analisar a divisão do trabalho, Marx guarda uma diferença em relação a outros autores contemporâneos que é, segundo a análise de Machado (1991), partir do pressuposto de que ela não se eternizaria, bem como todo o sistema de alienação dela decorrente. Marx tinha plena convicção do tipo de ensino que deveria ser reivindicado pela classe trabalhadora. A superação dos obstáculos para atingir este fim estaria contida na educação integral por ele idealizada:

Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente, é necessário partir da situação atual (MARX & ENGELS, 2004, p. 107).

A educação, segundo Saviani (1994, p. 03) acompanha a própria existência do homem. Nos primórdios, o homem, através do trabalho, se educava e educava ao outro, num processo de troca de aprendizados. Com isso, os homens “produziam sua existência em comum” e se educavam mutuamente neste processo.

Com o advento da propriedade privada, classes antagônicas surgem e estabelecem entre si uma relação na qual uma classe detém as riquezas produzidas enquanto a outra produz essas riquezas. Os burgueses viviam do trabalho alheio, enquanto os proletários viviam para o trabalho próprio e alheio. Assim, surge uma classe “ociosa”, que precisaria ocupar seu tempo com atividades nobres, tais como a escola e a cortesia³.

A EDUCAÇÃO NO MUNDO CAPITALISTA

Segundo Saviani (2007), escola, do grego, significa “lugar do ócio”, impregnando a noção de que seria um local destinado à classe dominante que, inapta para o trabalho, passaria a produzir conhecimento e se apropriar de bens simbólicos negados ao restante da população que, por sua vez, ficava com a “instrumentalização” do saber, isto é, aprendia o **estritamente necessário** para a aplicação em seu trabalho. Nesse contexto, segundo Saviani (grifos nossos, idem), “a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideologicamente, mas também economicamente, enquanto **qualificadora** de mão-de-obra (força de trabalho)”.

³ Em artigo, Saviani trará o surgimento das noções de ser cortês, gentil e ocioso, atribuindo à burguesia a origem disso.

Mészáros (2005, p.2), sobre o papel da educação na sociedade capitalista, assegura que

A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político.

Sabemos que o item (1) da citação de Mészáros se refere ao que expomos a respeito da própria qualificação da mão de obra desse sistema, visto que, quanto mais saberes instrumentalizados obtiver, mais produtivo será o trabalho deste homem. Entretanto, é no ponto (2) que nos deteremos. A educação, no sistema capitalista, está intimamente associada ao controle político e ideológico de uma classe dominante sobre outra, a quem é negado o acesso ao saber. A educação, na era moderna, aparece como sinônimo de escola, como se a institucionalização deste complexo só fosse encontrado em ampla escala dentro dos muros do saber. Sobre isso, Mészáros (2008, p. 35, grifos nossos) também afirma:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que **legitima os interesses dominantes, com se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade**, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma submissão hierárquica e implacavelmente imposta.

Como acontece esse atrelamento mercantil à educação? Segundo Tonet (2005, p. 02), isto se dá por dois pressupostos:

O primeiro é de que o caráter mercantil da sociedade é algo que faz parte da sua própria natureza. Variariam as formas, mas a troca é tida como algo tão natural como a respiração. (...) o segundo é de que a função essencial da educação é a de preparar os indivíduos para o trabalho.

Assim, é possível percebermos que a concepção do caráter mercantil ser próprio da natureza da sociedade, só aconteceu a partir da estabilidade do sistema capitalista, na qual o trabalho torna-se elemento “nucleador” da sociedade, mas numa substituição clara do valor-de-uso pelo valor-de-troca. Não se pode confundir o trabalho como o gerador dessa forma de troca, já que vai de encontro ao sentido da sua fundação: o de gerador de necessidades humanas e meio de satisfação das mesmas⁴ enquanto esse valor de troca tem como essência a reprodução do capital em todas as suas esferas e esse atendimento das necessidades humanas. Assim, a partir dessa inversão, o indivíduo tem seu valor enquanto força-de-trabalho e não enquanto ser humano em sua totalidade. O que podemos reforçar quanto ao caráter **alienante** desse processo. Se é na relação entre sujeito-objeto-condições concretas, que percebemos a

⁴ Enfatizamos a concepção de trabalho a partir da concepção marxista e, ainda, lukacsiana: é a categoria que funda o ser social.

alienação no processo de trabalho, inevitavelmente o encontraremos nos demais complexos, como a educação, o que corrobora Meszáros (2005), quando indaga “diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação” (p.17).

Essa alienação surge quando, de forma simplificada, o produto do trabalho do trabalhador se torna estranho a ele. Trabalha, vendendo sua mão-de-obra, suas horas a fio, sua consciência e não participa, em nenhum momento, do processo de finalização desse produto no mercado. Tem a sua assinatura, seu trabalho empregado, mas isso em nenhum momento agrega valor ao produto. Ora, se encontramos na sociedade capitalista a mercantilização da subjetividade, isto é, num processo de desumanização do homem, de suas atividades subjetivas e até da apropriação de seu conhecimento, o qual, claramente, nessa forma de produção, assume um caráter mercantil. Assim, a produção desse conhecimento – a partir da educação – se torna também parte desse processo de estranhamento.

Se compreendemos que a educação, ao invés de servir como ponte para uma emancipação humana e política, serve ao Capitalismo como um aparato de dominação ideológica, culminando num instrumento alienador. O homem não tem ciência ou consciência de seu lugar de explorado, não compreende a venda da força de trabalho como expropriação do produto de seu trabalho para que este decaia nas mãos de um não-trabalhador que, a partir da mais-valia, lucra em cima de um produto que sequer pensou que existiria. Marx (2010) dirá sobre esse processo que o homem, usurpado de seu valor enquanto ser humano e trabalhador perde sua riqueza ao invés de conquistá-la no processo de produção, já que

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (p.111)

Junto com essa mercantilização da lógica destrutiva do Capitalismo, no processo de coisificação do homem (transformado em mercadoria), vemos o processo de alienação. John Holloway, pensando em alienação e estranhamento, dirá que

se humanidade é definida como atividade – pressuposto básico de Marx- então alienação significa que a humanidade existe sob a forma de inumanidade, que os sujeitos humanos existem como objetos. Alienação é a objetificação do sujeito. O sujeito (homem ou mulher) aliena sua subjetividade, e essa subjetividade é apropriada por outro [...] Ao mesmo tempo, como sujeito é transformado em objeto, o objeto que o sujeito produz, o capital, é transformado no sujeito da sociedade. A objetificação do sujeito implica também a subjetificação do objeto.” (HOLLOWAY, 1997)

É possível percebermos que a alienação se configura como uma das molas propulsoras de sobrevivência do Capital. Sem se apropriar dela e de seus rebatimentos, como manter uma lógica destruidora de subjetividades? O homem num processo de desalienação se tornaria consciente de si e do outro, perceberia as contradições desumanas às quais está submetido e assim, quebraria as correntes que o aprisionam. Neste sentido, a educação surge como um pilar reprodutor importantíssimo da lógica capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de alienação tem início com a divisão social no interior do processo de trabalho. Tendo como objetivo apenas o lucro, o trabalhador ganha cada vez menos, tem condições de trabalho precárias e tem seus direitos suprimidos pouco a pouco. Neste processo, o trabalhador perde a noção do todo, já que, cada operário só sabe fazer uma pequena parte do produto final, como por exemplo: soldar, parafusar, montar, instalar, etc. Compreender as conexões geradas a partir da alienação do trabalho permite-nos distinguir três grandes rupturas operadas desde o século XVIII: o afastamento do homem em relação à natureza; a destruição dos laços dos homens entre si; distanciamento do homem de si mesmo. Atingindo as formas da alienação, o trabalho se afasta de seu caráter de criação e evolução e passa a ser mero meio de sobrevivência física. Deixa de ser livre e passa a ser forçado, mortificando o trabalhador.

À luz do marxismo, consideramos incontestável a necessidade de superação da propriedade privada. Com efeito, é tarefa da classe que experimenta a situação de miséria e privação (classe trabalhadora) ser agente da transformação de uma sociedade burguesa para uma forma de sociabilidade que possibilite a real emancipação humana.

Na atual divisão do trabalho, a função exercida pela educação é pautada a fim de contemplar seu público alvo. Dentro desta divisão social que implica no surgimento de classes sociais e, com estas, ocorre uma clivagem entre os indivíduos: de um lado colocam-se aqueles que desfrutam da riqueza material e espiritual e do outro lado aqueles que, sendo os produtores imediatos do conteúdo material da riqueza, são expropriados dela como da cultura intelectual.

Foi possível constatar que o processo de individuação dos homens tem sido mediado pelas leis objetivas que presidem a classe à qual pertencem: de um lado, uma minoria que se apropria do excedente econômico e por isso podem (e têm de) dedicar-se ao cultivo do espírito e, do outro, a esmagadora maioria de trabalhadores que, não sendo proprietários dos

meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho como meio de vida e, por isto, sua vida transforma-se em trabalho.

Com efeito, temos como uma das expressões máximas da exploração capitalista o crescente envolvimento dos arautos liberais na mercantilização da educação, sendo norteados, inclusive, por órgãos internacionais que tem se utilizado de tal situação para usar os países que constituem a periferia do capitalismo como muletas para reforçar os discursos da qualificação profissional, atribuindo à educação um meio de ascensão social pelo trabalho.

Tratada como mercadoria, a educação tem de ser oferecida ao mercado com “qualidade”, produtividade e competitividade. Em consonância, as políticas educacionais objetivam diminuir as ações dos governos na oferta dos “serviços educativos”, acabando com o monopólio do Estado, para dar cada vez mais espaço para iniciativa privada, até mesmo estrangeira. Assim, há mais de duas décadas a educação vem sendo ajustada aos interesses neoliberais, bem como articulada à organismos multilaterais, como: Banco Mundial (BIRD), FMI, UNESCO⁵, BID⁶, etc., cujas diretrizes se apresentam claramente no sentido de reduzir a participação do Estado e realizar parcerias com ONGs e fundações no intuito de enfraquecer o sentido da universalidade e gratuidade da educação pública e desvincular o Estado como provedor.

Ressaltamos, por fim, a dicotomia implantada pela escola fruto da alienação no trabalho que oferece aos egressos das escolas públicas a saída da formação profissionalizante, enquanto que aos egressos das escolas particulares são disponibilizadas as poucas vagas da universidade pública e as possibilidades de continuidade dos estudos. A política que se desdobra na negação do melhor conhecimento que a humanidade já produziu aos filhos dos trabalhadores tem seu ponto de partida na alienação do trabalho que inverte as necessidades humanas a ponto de aferir o valor da vida humana baseando-se em na força de trabalho e não em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.**
www.nucleomarxista.com.br. Acesso: 05/06/2005.

⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁶ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

_____. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 2004.http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/otrabalhonatransformacaodomacacoemh_ome.htm. Acesso: 11/03/2009.

HOOLOAY, John. *A note on alienation*. In: **Historical Materialism**, n. 1, outono, London School of Economics, Londres, 1997.

LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács**. 2ª Ed. Maceió – Ed.UFAL, 1997.

LUKÁCS, Györg. **Por uma ontologia do ser social**. O trabalho (versão preliminar da tradução de Ivo Tonet). Maceió. UFAL, não publicado, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 10 ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

Marx, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MERCURE, D.; SPURCK, J. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares (1930). São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares; 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Jorge Luís de. **Alienação, trabalho e emancipação humana em Marx**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. IN: *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Orgs: Celso João Ferreti, Petrópolis, RJ. 2ª Ed. Ed. Vozes, 1994.

_____. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 39 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SPURCK, J. *A noção de trabalho em Karl Marx*. In: MERCURE, Daniel; SPURCK, Jan (Org.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 189-211.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2005.